

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93

NIRE 35.300.050.274

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2019**

1. DATA, HORA E LOCAL: 25 de outubro de 2019, às 8h, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação realizada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os Srs. Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira, Bernardino Jesus de Brito, Britaldo Pedrosa Soares, Guilherme Gomes Lencastre, Hélio Lima Magalhães, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Nicola Cotugno. Os Srs. Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque, Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira, Britaldo Pedrosa Soares, Guilherme Gomes Lencastre, Marcia Sandra Roque Vieira Silva e Nicola Cotugno participaram da reunião por videoconferência, e o Sr. Hélio Lima Magalhães participou da reunião por teleconferência, conforme faculta o artigo 11, § 4º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, ainda, os Srs. Danilo Brizida, representante da Ernst Young Auditores Independentes S.S. ("representante da EY") e Mário Shinzato, Coordenador do Comitê de Auditoria.

3. MESA: Sr. Britaldo Pedrosa Soares, na qualidade de Presidente; e Sra. Andrea Leandro Valenzuela, na qualidade de Secretária.

4. ORDEM DO DIA: (i) Deliberar sobre a emissão de parecer acerca da oferta pública para a aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia, visando ao cancelamento do registro de companhia aberta da Eletropaulo perante a Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria "A" e conversão para a categoria "B", o qual resultará, consequentemente, na saída da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado ("Oferta"); e (ii) Relatório de Informações Trimestrais relativo ao 3º Trimestre de 2019.

5. DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração, após a discussão e análise das informações pertinentes, deliberaram, por unanimidade de votos:

5.1. Aprovar a emissão de parecer favorável à aceitação da Oferta, na forma do Anexo I à presente ata; e

5.2. Analisaram o relatório de informações trimestrais da Companhia referente ao 3º trimestre do exercício social de 2019, sem que tenham sido registradas, pelos conselheiros presentes, quaisquer manifestações contrárias às informações constantes do referido relatório.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes.

Barueri, 25 de outubro de 2019.

Mesa:

Britaldo Pedrosa Soares
Presidente

Andrea Leandro Valenzuela
Secretária

Conselheiros de Administração:

Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque

Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira

Bernardino Jesus de Brito

Britaldo Pedrosa Soares

Guilherme Gomes Lencastre

Hélio Lima Magalhães

Márcia Sandra Roque Vieira Silva

Nicola Cotugno

ANEXO I

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93

NIRE 35.300.050.274

Parecer do Conselho de Administração a respeito da oferta pública para aquisição de ações ordinárias de emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo

Em atendimento ao disposto no artigo 21 do regulamento do segmento especial da listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado (“Regulamento do Novo Mercado” e “Novo Mercado”, respectivamente) e no artigo 12, inciso XXVII, do Estatuto Social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo” ou “Companhia”), o Conselho de Administração da Companhia apresenta seu parecer (“Parecer”) acerca da oferta pública para a aquisição das ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta”), visando ao cancelamento do registro de companhia aberta da Eletropaulo perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob a categoria “A” e conversão para a categoria “B” (“Conversão de Registro”), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”), o qual resultará, consequentemente, na saída da Companhia do Novo Mercado (“Saída do Novo Mercado”), a ser realizada de acordo com os termos e condições estabelecidos no edital da Oferta, publicado em 21 de outubro de 2019 (“Edital”) e em conformidade com **(i)** a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada; **(ii)** a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); **(iii)** o Estatuto Social da Companhia; **(iv)** o Regulamento do Novo Mercado; e **(v)** a Instrução CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 361”).

1. ESCOPO DO PARECER

Este Parecer tem por objetivo atender ao disposto no artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado e no artigo 12, inciso XXVII, do Estatuto Social da Eletropaulo, os quais determinam que o Conselho de Administração da Companhia deve se manifestar a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia no prazo de 15 dias contados da data de publicação do respectivo edital da oferta.

Em linha com tais dispositivos, este Parecer abordará: **(i)** as características da Oferta; **(ii)** a conveniência e oportunidade da Oferta quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação **(a)** ao preço ofertado e **(b)** aos potenciais impactos para a liquidez das ações de emissão da Companhia; **(iii)** as repercussões da Oferta sobre os interesses da Companhia; **(iv)** os planos estratégicos divulgados pela Ofertante em relação à

Companhia; **(v)** alternativas à aceitação da Oferta disponíveis no mercado; e **(vi)** outros pontos que o Conselho de Administração considera pertinentes – trazendo em sua conclusão a opinião do Conselho de Administração acerca da aceitação da Oferta pelos acionistas da Companhia.

2. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

2.1. OFERTANTE, INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA E DESTINATÁRIOS DA OFERTA

Conforme indicado no Edital, a Oferta foi submetida aos acionistas da Companhia pelo Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 6º andar, Torre Corcovado, CEP 22250-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ”) sob o nº 30.306.294/0001-45, na qualidade de instituição financeira intermediária (“Instituição Intermediária” ou “BTG Pactual”), por ordem e conta da Enel Brasil S.A., sociedade anônima fechada, com sede no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar, São Domingos, CEP 24210-205, inscrita no CNPJ sob o nº 07.523.555/0001-67 (“Ofertante” ou “Enel Brasil”), detentora da totalidade do capital social da Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A., sociedade anônima fechada, com sede no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, nº 1, bloco 2, 7º andar (parte), São Domingos, CEP 24210-205, inscrita no CNPJ sob o nº 29.276.612/0001-93 (“Enel Sudeste”), acionista controladora direta da Eletropaulo, sendo destinada a todos os acionistas da Companhia cuja participação na Oferta não viole as leis de sua jurisdição de residência ou domicílio.

2.2. HISTÓRICO DA OFERTA

Em 17 de abril de 2018, a Enel Sudeste anunciou o lançamento de uma Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição do Controle da Eletropaulo (“OPA para Aquisição de Controle”), tendo se sagrado vencedora ao oferecer o maior lance de preço para aquisição das ações objeto daquela oferta. Após a liquidação do leilão da OPA para Aquisição de Controle, realizado em 04 de junho de 2018, a Enel Brasil, por meio da Enel Sudeste, tornou-se acionista controladora da Eletropaulo, tendo adquirido ações ordinárias representativas, à época, de, aproximadamente, 73,4% do capital social da Companhia.

Posteriormente, durante o período de 30 dias após o leilão da OPA para Aquisição de Controle, quando estava obrigada a comprar ações remanescentes, a Enel Brasil, por meio da Enel Sudeste, adquiriu adicionais 19,9% do capital social da Eletropaulo, na forma do artigo 32-A da Instrução CVM 361 e do item 3.4.2 do edital da OPA para Aquisição de Controle, divulgado pela Enel Sudeste em 30 de maio de 2018. Com isso, a Enel Brasil, por meio da Enel Sudeste, passou a deter ações ordinárias de emissão da Eletropaulo correspondentes a, aproximadamente, mais de 95,05% do capital social em circulação da Companhia (já desconsideradas as ações em

tesouraria, representativas de 1,83% do capital social total da Eletropaulo), conforme informado nos comunicados ao mercado divulgados pela Companhia em 27 de junho, 06 e 13 de julho de 2018, assim como no fato relevante de 04 de junho de 2018.

Após a conclusão da OPA para Aquisição de Controle, foi também realizado um aumento do capital social da Companhia, nos termos do item 7.2 do edital da OPA para Aquisição de Controle, conforme divulgado pela Eletropaulo nos avisos aos acionistas de 26 de julho, 04 de setembro e 18 de setembro de 2018. Após a homologação do referido aumento de capital, a Enel Brasil, por meio da Enel Sudeste, passou a deter ações ordinárias representativas de aproximadamente 95,88% (noventa e cinco vírgula oitenta e oito por cento) do capital social em circulação da Companhia.

Tendo em vista que, em decorrência do sucesso e da maciça aceitação da OPA para Aquisição de Controle, as ações em circulação da Eletropaulo passaram a representar menos de 5% (cinco por cento) do seu capital social total, a Enel Brasil e a Enel Sudeste apresentaram à CVM pedido de autorização para: **(i)** computar as adesões à OPA para Aquisição de Controle para fins do cálculo do quórum de sucesso da Oferta, conforme previsto no artigo 16, inciso II, da Instrução CVM 361; e **(ii)** após a conclusão da Oferta, independentemente da quantidade de ações objeto adquiridas, realizar o resgate das ações de emissão da Companhia remanescentes em circulação, conforme previsto no artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações e sujeito ao lançamento da Oferta pelo mesmo preço oferecido no âmbito da OPA para Aquisição de Controle ("Consulta").

Na análise da Consulta, objeto do Processo Administrativo CVM SEI nº 19957.007811/2018-06, o Diretor-Relator, unanimemente acompanhado pelos demais membros do Colegiado da CVM, considerou que, além de ser possível a compatibilização dos procedimentos da Oferta e da OPA para Aquisição de Controle, havia circunstâncias específicas que permitiam a adoção extraordinária do procedimento diferenciado pleiteado, notadamente: **(i)** a concentração extraordinária das ações de emissão da Companhia decorrente do resultado da OPA para Aquisição de Controle; **(ii)** a baixa liquidez de tais ações; **(iii)** a ausência de interesse dos acionistas remanescentes em participar da vida social da Eletropaulo, conforme evidenciado pelo baixíssimo envolvimento e exígua participação de tais acionistas nas assembleias da Companhia e no último aumento de capital realizado; e **(iv)** a depreciação significativa sofrida pelas ações de emissão da Eletropaulo desde a OPA para Aquisição de Controle.

O Diretor-Relator ressaltou, ainda, que a adoção do procedimento diferenciado proposto na Consulta não somente atenderia ao melhor interesse da Companhia (que se desoneraria dos custos de manutenção de uma companhia aberta com *free float* significativamente reduzido e pouco participativo), como conferiria aos acionistas remanescentes o recebimento de preço vantajoso pela aquisição de suas ações. Dessa forma, atender-se-ia a necessidade de que os interesses de todas as partes envolvidas fossem devidamente sopesados, devendo ser adotados

procedimentos que garantissem o cumprimento dos requisitos fundamentais para o cancelamento de registro, previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361.

Com base nesses e em outros fatores, e considerando o entendimento de que o preço da OPA para Aquisição de Controle atenderia ao requisito de preço justo determinado pela Lei das Sociedades por Ações (tendo em vista ter sido formado a partir de um processo amplamente competitivo para a aquisição do controle originário da Eletropaulo, envolvendo partes altamente sofisticadas), ao analisar a Consulta em reuniões realizadas nos dias 02 e 09 de abril de 2019, o Colegiado da CVM, por unanimidade, deliberou autorizar a adoção do procedimento diferenciado proposto, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM 361 ("Decisão CVM").

Em continuidade à OPA para Aquisição de Controle e com base na Decisão CVM, no dia 26 de junho de 2019 a Enel Brasil comunicou à Companhia sua intenção de lançar a Oferta, visando à Conversão de Registro, com a consequente Saída do Novo Mercado.

A Eletropaulo, por sua vez, divulgou na mesma data fato relevante informando acerca **(i)** do protocolo, pela Enel Brasil, do pedido de registro da Oferta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 361 e da Lei das Sociedades por Ações; e **(ii)** da disponibilização do laudo de avaliação elaborado pela PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda ("Laudo de Avaliação" e "Avaliador", respectivamente).

Por fim, em 17 de outubro de 2019 a Eletropaulo divulgou novo fato relevante, informando que a CVM deferiu o pedido de registro da Oferta sob o nº CVM/SER/OPA/CAN/2019/006, tendo sido o Edital publicado na edição nacional do jornal Valor Econômico do dia 21 de outubro de 2019.

2.3. PREÇO DA OFERTA

De acordo com o item 3.4 do Edital, o preço por ação da Oferta é de R\$ 45,22 (quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos), preço ofertado na OPA para Aquisição de Controle, que será atualizado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil, publicada pelo Banco Central do Brasil ("Taxa SELIC"), desde o dia 07 de junho de 2018 até a data de liquidação da Oferta, a ser pago em moeda corrente nacional, na data da liquidação ("Preço por Ação").

2.4. LEILÃO E LIQUIDAÇÃO DA OFERTA

Conforme indicado no Edital, o leilão da Oferta será realizado na B3, no dia 21 de novembro de 2019 ("Data do Leilão"), e sua liquidação ocorrerá no dia 25 de novembro de 2019 ("Data de Liquidação").

2.5. DOCUMENTOS DA OFERTA

O Edital e os demais documentos relacionados à Oferta foram disponibilizados nos *websites* da Companhia (ri.eneldistribuicaosp.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), da Ofertante (www.enel.com.br/pt/investidores.html) e da Instituição Intermediária (www.btgpactual.com/home/investment-bank), assim como nas sedes da Companhia, da Ofertante e da Instituição Intermediária.

3. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA OFERTA QUANTO AO INTERESSE DA COMPANHIA E DO CONJUNTO DE ACIONISTAS

3.1. QUANTO AO PREÇO OFERTADO

Em se tratando de oferta obrigatória em virtude de Conversão de Registro, com a consequente saída do Novo Mercado, é necessário analisar, como primeiro ponto a ser abordado neste Parecer, o preço por ação de emissão da Companhia oferecido no âmbito da Oferta.

Como mencionado no item 2.3 acima, o Preço por Ação é de R\$ 45,22 (preço ofertado na OPA para Aquisição de Controle), atualizado pela variação da Taxa SELIC desde o dia 07 de junho de 2018 até a Data de Liquidação da Oferta.

Nos termos do Edital, e em conformidade com o disposto no artigo 16, inciso I, da Instrução CVM 361 e no artigo 4º, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o referido Preço por Ação é justo, uma vez que é superior ao valor máximo da faixa do preço por ação da Companhia indicado pelo Avaliador no Laudo de Avaliação.

A respeito, destacamos que foram apurados pelo Avaliador, no Laudo de Avaliação, os seguintes valores por ação de emissão da Eletropaulo:

Metodologia	Valor	Observações
Valor Patrimonial Contábil	R\$ 14,94	Com base nas informações financeiras trimestrais da Companhia de 31 de março de 2019
Preço Médio Ponderado (Cotação)	R\$ 32,00	Com base nos 12 meses imediatamente anteriores a 26 de junho de 2019, data de divulgação da Oferta
Valor Econômico	R\$ 40,01 a R\$ 43,58	Com base no valor econômico das ações de emissão da Eletropaulo, calculado de acordo com a

		metodologia de fluxo de caixa descontado
--	--	--

Dentre tais métodos de avaliação, o Avaliador selecionou como metodologia mais adequada para determinação do preço justo das ações de emissão da Companhia o fluxo de caixa descontado, pois o mesmo: **(i)** contempla a evolução dos resultados e indicadores históricos da Companhia; **(ii)** considera a expectativa de evolução do mercado e premissas macroeconômicas; e **(iii)** captura as expectativas futuras da operação a partir do plano de negócios e projeções operacionais preparadas pela administração da Companhia e, consequentemente, a expectativa de geração e/ou distribuição de caixa.

Importante ressaltar, também, que o Preço por Ação garante um tratamento igualitário aos atuais acionistas da Eletropaulo, uma vez que é o mesmo preço pago no âmbito da OPA para Aquisição de Controle, devidamente atualizado pela variação da Taxa SELIC – preço este que já foi amplamente aceito pelos acionistas da Companhia quando da realização da OPA para Aquisição de Controle, evidenciando-se que o Preço por Ação é efetivamente justo.

Diante do exposto, o Conselho de Administração entende que o Preço por Ação atende ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, tendo em vista que:

- (a)** o referido Preço por Ação é significativamente maior que os valores apurados no Laudo de Avaliação por meio das metodologias destacadas acima (inclusive aquela que o Avaliador selecionou como metodologia mais adequada para determinação do preço justo das ações de emissão da Companhia);
- (b)** a metodologia de fluxo de caixa descontado (selecionada pelo Avaliador como metodologia mais adequada para determinação do preço justo) de fato constitui um método apropriado para se apurar o valor justo de uma companhia do porte da Eletropaulo;
- (c)** as premissas adotadas pelo Avaliador para elaboração do Laudo de Avaliação são compatíveis com a realidade da Companhia e do mercado no qual ela atua; e
- (d)** o Preço por Ação já foi amplamente aceito pelos acionistas da Companhia no âmbito da OPA para Aquisição de Controle, após a realização de processo altamente competitivo.

Não obstante, o Conselho de Administração adverte que as projeções e premissas utilizadas pelo Avaliador para elaboração do Laudo de Avaliação refletem estimativas e perspectivas sobre o futuro desempenho da Companhia, que estão sujeitas a riscos e incertezas relativas a negócios e aspectos econômicos, concorrenciais e legais, de modo que poderão não se concretizar ou se

provar incorretas. Assim, o valor da Companhia no futuro pode divergir substancialmente, para maior ou para menor, daquele informado no Laudo de Avaliação.

3.2. QUANTO À LIQUIDEZ DAS AÇÕES

Em relação à conveniência e oportunidade da Oferta quanto à liquidez dos valores mobiliários de emissão da Companhia, cumpre registrar, primeiramente, que a Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 361 e a Instrução CVM 480 estabelecem como requisito para a Conversão de Registro que a mesma seja precedida de uma oferta pública de aquisição de ações ordinárias por preço justo formulada pelo acionista controlador, por pessoa a ele vinculada ou pela própria companhia aberta, tendo tal oferta por objeto todas as ações ordinárias de emissão da companhia cujo registro se pretende converter, sendo necessário que acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação ("Quórum de Sucesso"): **(i)** aceitem vender na oferta as ações de que são titulares; ou **(ii)** concordem expressamente com a proposta de conversão de registro ("Condição para Conversão de Registro").

Nos termos da Decisão CVM, contudo, devem ser computadas as adesões à OPA para Aquisição de Controle para fins do cálculo do Quórum de Sucesso da Oferta, conforme mencionado no item 2.2 acima.

Dessa forma, considerando que acionistas titulares de mais de 95% do capital social em circulação da Companhia aceitaram vender suas ações no âmbito da OPA para Aquisição de Controle, o Quórum de Sucesso da Oferta deve ser considerado desde já atingido, tendo a Condição para Conversão de Registro já sido satisfeita e sendo certo que, uma vez cumpridos os demais requisitos e procedimentos previstos na Instrução CVM 480, deverá ocorrer a Conversão de Registro.

Uma vez implementada a Conversão de Registro, as ações de emissão da Companhia não serão mais admitidas à negociação na B3 e/ou em qualquer outro mercado regulamentado de valores mobiliários, de modo que os acionistas da Eletropaulo que não alienarem suas ações no âmbito da Oferta somente poderão negociar privadamente as ações de emissão da Companhia de que são titulares.

Ademais, importante ressaltar que a Decisão CVM também permite que, após a conclusão da Oferta, seja realizado o resgate das ações de emissão da Companhia remanescentes em circulação, independentemente da quantidade de ações adquiridas no âmbito da Oferta.

Nesse sentido, conforme indicado nos itens 2.7.2 e 6.2.3 do Edital, a Enel Brasil tem a intenção de fazer com que a Companhia promova, logo após a liquidação da Oferta, o resgate das ações de emissão da Eletropaulo remanescentes em circulação, nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Assim, além de não poderem ser negociadas em bolsa após a conclusão da Conversão de Registro, as ações que eventualmente não sejam alienadas no âmbito da Oferta serão compulsoriamente resgatadas, mediante aprovação em assembleia geral de acionistas da Companhia.

O preço do resgate será idêntico ao Preço por Ação, ajustado pela Taxa SELIC acumulada, *pro rata temporis*, desde a Data de Liquidação até a data do efetivo pagamento do preço do resgate, o qual deverá ocorrer, conforme o caso, em até 15 dias após: **(i)** a Data do Leilão, caso o resgate seja aprovado antes da Data do Leilão, ou **(ii)** a data da assembleia geral extraordinária em que o resgate for aprovado, caso tal assembleia seja realizada depois da Data do Leilão.

Diante do exposto, em que pese a perspectiva de perda de liquidez das ações de emissão da Companhia decorrente da Oferta, o Conselho de Administração entende que a própria Oferta representa uma oportunidade de liquidez aos acionistas minoritários da Companhia, que poderão alienar suas ações por preço justo, equivalente ao preço da OPA para Aquisição de Controle.

4. REPERCUSSÕES DA OFERTA SOBRE OS INTERESSES DA COMPANHIA

Em decorrência da conclusão da Oferta e da implementação da Conversão de Registro, a Enel Brasil consolidará o controle da Companhia e poderá integrar efetivamente a Eletropaulo ao grupo Enel, sendo possível efetuar aperfeiçoamentos operacionais para obtenção de ganhos sinérgicos.

Nesse contexto, o Conselho de Administração entende que a Oferta está alinhada ao interesse da Companhia, tendo em vista:

- (e)** a elevada concentração das ações de emissão da Companhia e a reduzida liquidez de tais ações, resultantes da OPA para Aquisição de Controle;
- (f)** a depreciação significativa sofrida pelas ações de emissão da Eletropaulo desde a OPA para Aquisição de Controle;
- (g)** a redução dos altos custos e despesas incorridos pela Companhia para manutenção do seu registro de companhia aberta categoria “A”; e
- (h)** a simplificação da estrutura corporativa e organizacional da Eletropaulo.

O Conselho de Administração observa, ainda, que: **(i)** os custos incorridos em função da realização da Oferta serão arcados unicamente pela Ofertante, não impactando os resultados da Companhia; **(ii)** apesar de a realização da Oferta exigir a colaboração dos administradores da

Companhia, a gestão dos negócios da Eletropaulo não foi afetada; e **(iii)** o impacto da Oferta sobre a cotação das ações de emissão da Companhia apenas reflete o Preço por Ação.

5. PLANOS ESTRATÉGICOS DIVULGADOS PELA OFERTANTE

O Ofertante não divulgou mudanças a serem implementadas no atual modelo de negócios da Companhia. Assim, o Conselho de Administração entende que as atividades da Eletropaulo continuarão sendo desenvolvidas normalmente dentro do cenário de integração ao grupo Enel.

6. ALTERNATIVAS À ACEITAÇÃO DA OFERTA DISPONÍVEIS NO MERCADO

6.1. ANTES DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO

O Conselho de Administração entende que, como alternativa à aceitação da Oferta, os acionistas da Companhia titulares de ações em circulação poderão alienar suas ações antes da Data do Leilão por meio de transações **(i)** privadas; e/ou **(ii)** realizadas no ambiente da B3 – observado que as ações de emissão da Companhia tem sido negociadas, até a presente data, por valor inferior ao Preço por Ação.

Ademais, o Conselho de Administração não tem ciência da intenção de qualquer investidor de formular oferta concorrente, e entende que tal cenário é pouco provável, considerando o procedimento diferenciado a ser adotado no âmbito da Oferta.

6.2. APÓS A REALIZAÇÃO DO LEILÃO

Como já mencionado no item 3.2 acima, o Quórum de Sucesso da Oferta deve ser considerado desde já atingido, tendo a Condição para Conversão de Registro já sido satisfeita nos termos da Decisão CVM – sendo certo que, uma vez cumpridos os demais requisitos e procedimentos previstos na Instrução CVM 480, deverá ocorrer a Conversão de Registro.

Além disso, como também indicado no item 3.2 acima, a Decisão CVM permite que, após a conclusão da Oferta, o resgate das ações de emissão da Companhia remanescentes em circulação seja realizado independentemente da quantidade de ações adquiridas no âmbito da Oferta – tendo a Enel Brasil já manifestado sua intenção de fazer com que a Companhia promova tal resgate logo após a liquidação da Oferta, conforme o disposto no artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Dessa forma, as ações que eventualmente não sejam alienadas no âmbito da Oferta serão compulsoriamente resgatadas, mediante aprovação em assembleia geral de acionistas da Companhia.

Não obstante, durante o período de três meses seguintes à Data do Leilão (ou seja, até 21 de fevereiro de 2020) e enquanto o resgate mencionado acima não for efetivado, os acionistas que não aderirem a Oferta e desejarem vender suas ações poderão apresentar um pedido ao escriturador das ações da Companhia para tal efeito, observado que a Enel Brasil estará obrigada a adquirir tais ações pelo Preço por Ação correspondente, de acordo com o artigo 10, § 2º da Instrução CVM 361.

Caso o resgate compulsório não seja implementado, os acionistas que não venderem suas ações no leilão da Oferta e não exercerem o direito de venda no período adicional de aquisição de três meses, permanecerão como acionistas da Companhia. Neste cenário, a liquidez das ações detidas por tais acionistas será impactada, na medida em que não será mais possível a negociação das referidas ações na B3.

7. OUTROS PONTOS CONSIDERADOS PERTINENTES

Os membros do Conselho de Administração declararam que não têm qualquer interesse ou benefício relacionado à Oferta, tais como pagamentos extraordinários e/ou vencimento antecipado de opção de compra de ações, estando em uma posição isenta para analisar os termos e condições da Oferta.

Isso posto, o Conselho de Administração da Companhia entende que todos os aspectos pertinentes e relevantes da Oferta já foram considerados nos itens anteriores deste Parecer, tendo sido objeto de discussão e deliberação entre os seus membros.

8. CONCLUSÃO

Diante de todas as considerações constantes deste Parecer e em observância ao disposto no artigo 21 do Regulamento do Novo Mercado e no artigo 12, inciso XXVII, do Estatuto Social da Eletropaulo, o Conselho de Administração da Companhia manifesta-se favoravelmente à aceitação da Oferta pelos acionistas da Eletropaulo.

Ressalta-se, contudo, que este Parecer não deve ser considerado isoladamente pelos acionistas da Companhia para sua tomada de decisão em relação à Oferta, sendo de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a aceitação ou não da Oferta. Os membros do Conselho de Administração da Companhia recomendam que os acionistas leiam também o Edital, o Laudo de Avaliação e as informações disponíveis acerca da Companhia e da Oferta, bem como consultem seus assessores jurídicos e tributários e outros especialistas que entendam necessários antes de decidirem aderir ou não à OPA.